



v.13, n.27, 2016

Extra

Dossiê Teoria Crítica

## COMPREENSÃO DIALÉTICA DA ÉTICA REVOLUCIONÁRIA DE HERBERT MARCUSE [DIALECTICAL UNDERSTANDING OF HERBERT MARCUSE'S REVOLUTIONARY ETHICS]

**Alberto Dias Gadanha**

*Professor de Filosofia na Universidade Estadual do Ceará*

*E-mail: gadanhaa@me.com*

### **RESUMO ABSTRACT**

A alteração qualitativa objetivo de uma ética revolucionária pressupõe a reciprocidade entre a decisão política enquanto asserção de parâmetros deontológicos a priori e a efetivação governamental de uma vida sem medo e sem miséria, uma vida de paz. Marcuse ao compreender que o objetivo a ser efetivado é uma vida sem medo e sem miséria supera tanto a eticidade deontológica caracterizada pelo imperativo categórico quanto a ética caracterizada pelo imperativo hipotético de determinação utilitarista. Ética revolucionária, como exposta por Herbert Marcuse na conferência de 1964 na Universidade de Kansas, é uma ética de superação dialética porque contempla por meio do imperativo implicativo tanto as exigências deontológicas, configuradas pela decisão política quanto as exigências utilitaristas configuradas pelo cálculo histórico de efetivação governamental da teleologia política.

The qualitative change, aim of a revolutionary ethics, presupposes the reciprocity between the political decision as assertion of deontological apriori parameters and the governmental actuality of a life without fear and without misery, a life of peace. The Marcuse's understanding that the aim to be accomplish was a life without fear and without misery overcomes the deontological ethics, expressed as categorical imperative and the ethics expressed by the hypothetical imperative of the utilitarian determination. The revolutionary ethics, as expressed in 1964, by Herbert Marcuse in a speech at the Kansas University, is a ethics of dialectical overcoming, because it answers as such the deontological requirements, expressed by the political decisions, as the utilitarian requirements expressed by the historical calculation of the governmental actuality of the political teleology.

### **PALAVRAS-CHAVE KEYWORDS**

Alteração qualitativa; Ética dialética;  
Ética revolucionária; Decisão política  
Efetivação governamental

Qualitative Change; Dialectical Ethics;  
Revolutionary Ethics; Political Decision;  
Governmental Actuality

A urgência holística já era perspectiva de ponta da ciência quando dos avanços da pesquisa biológica dos meados do século XXVIII. A metodologia biológica suplantou as perspectivas mecanicistas da ciência da Idade Moderna de esplendor iluminista, esplendor que a nova metodologia não diminuiu, pelo contrário, elevou a Filosofia da Ciência a um novo patamar reconhecido posteriormente pela Filosofia da Cultura ou pelas filosofias do espírito como o Idealismo Alemão. No entanto a aversão do final do século XIX à universalidade deixou a perspectiva holística em ostracismo analogamente às perspectivas de totalidade dos racionalismos. Sempre pudemos compreender as filosofias práticas enquanto síntese teoria-prática, na atualidade faz-se sentir a necessidade da compreensão dialética em relação às perspectivas éticas, como uma resposta à urgência por totalidade.

A compreensão dialética de totalidade pressupõe conteúdos contrários do momento cultural. A cultura da compreensão dos critérios éticos para a ação humana apresenta características diferenciadas em contradição, distinguíveis como elementos de conteúdo desenvolvidos culturalmente em diferenciados momentos históricos. A apreciação compreensiva deste conteúdo histórico-ético, pode passar pelo crivo metodológico exemplificado pelos vários significados do verbo alemão *aufhören* que analogamente ao verbo de língua portuguesa, *superar*, apresenta significados igualmente análogos. Tanto *aufhören* quanto *superar*, ilustram uma perspectiva metodológica composta semanticamente por cancelamento e/ou exclusão em primeiro lugar, e em segundo pelo significado de manutenção e/ou sustentação e em terceiro lugar pelo significado de elevar a qualidade, como resultado de ultrapassagem sintética, o que a primeira vista aparecia como significados antagônicos. Esta compreensão sintética caracteriza-se como dialética ao ser capaz de distinguir em sua apreciação metodológica, como resultado, como terceiro momento. A conjugação do cancelamento de elementos falsos de cada uma das posições contrárias anteriores e da manutenção de elementos verdadeiros de cada um deles, reserva para ambas posições contrárias, características que separando-as uma da outra chega-se a elementos comuns possíveis de serem aproveitáveis como elementos de confluência e de asserção comum; elementos a serem mantidos pela apreciação de posições contrárias mas não inteiramente diáspotas. A relação metodológica de cancelamento dos elementos não aceitáveis como confluentes e a relação de manutenção de elementos de asserção comum, ultrapassa a contradição prévia para construir um novo passo não definitivo, mas instantaneamente aceito como superior qualitativamente aos contrários anteriores. “O todo é a verdade” é o resultado do processo mas de um processo que não terminou, por isso, Marcuse continua a frase hegeliana da Fenomenologia do Espírito, dizendo “mas, o todo é falso”<sup>1</sup> se a conclusão deste processo for compreendida como a última e definitiva, contrariaria a perspectiva dinâmica suposta pela abordagem dialética, a perspectiva do processo contínuo de caracterização da verdade processual, da realidade dinâmica.

1 Frase conclusiva do texto “A note on Dialectic” do Prefácio de Herbert Marcuse, publicado na 2ª edição de seu livro *Reason and Revolution* – Boston - Beacon Press, 1960; texto traduzido pelo autor, anexo a sua tese de doutorado: “Razão e Revolução” de Herbert Marcuse, por uma dialética de alteração institucional. UFPB, 2014.



## 1 Contraposição ético-política contemporânea

O estabelecimento deste processo de compreensão geral, expõe-se pelos três passos lógicos: o do cancelamento de elementos das posições contrárias, o da manutenção de elementos comuns das duas posições e o terceiro resultante que iniciado das posições contrárias, as ultrapassa pelo estabelecer de uma nova qualidade proveniente das posições anteriores. O estabelecimento desse processo lógico poderemos reconhecê-lo no próprio processo de compreensão dos critérios do agir humano, na compreensão do desenvolvimento cultural deste conteúdo. A Ética, a Filosofia Prática, pode ser compreendida por essa perspectiva dinâmica de três passos, por meio destes três momentos do procedimento cultural dialético. Pode-se estabelecer os critérios de um bom agir a partir de uma perspectiva dialética histórico-materialista.

Dentre as perspectivas ético-políticas contemporâneas que se estabelecem como critérios do agir humano, poderemos de imediato citar uma característica muito simples no entanto muito eficaz para percebermos a diferença entre elas. Temos como contrapostas, perspectivas que estabelecem como critério para o agir humano, regras anteriores ao proceder e ao agir, são as justificativas fundadas num julgamento e raciocínio a priori. Denominam-se éticas deontológicas as que estabelecem as regras do agir antes e independentemente da própria ação ter acontecido ou não. O imperativo categórico é determinado a priori do fato e da ação. Estabelece-se uma ação como justa antes que ela possa acontecer, independente do fato, o critério já deve estar estabelecido. A verdade ética deontológica é independente das circunstâncias da ação.

A contraposição ao estabelecimento das regras do agir antes da ação, aparece se formos verificar que há perspectivas que vão fundar seus critérios de avaliação sobre o agir humano, não a priori à ação, mas a posteriori. O fundamento de tal critério constrói-se analisando as consequências da ação e do agir. São denominadas de éticas teleológicas estas que estabelecem seus critérios pela qualidade dos resultados obtidos pela ação. A consideração do objetivo atingido como critério avaliativo, caracteriza tais éticas como teleológicas. Se o fim da ação apresentar características de utilidade, a ação comprova-se como boa. As éticas utilitaristas são a expressão desta perspectiva, compara-se o resultado da ação a critérios de utilidade que nem sempre os próprios utilitaristas estão empenhados em esclarecer e a justificar ontologicamente. Justifica-se que tais meios, tais ações foram úteis a se estabelecer resultados aceitos, mesmo que não justificados a priori. Aqui encontra-se a distância que separa, uma ética tradicional em que os objetivos já estavam previamente estabelecidos como válidos, sem avaliação crítica sobre eles. Os critérios eram aceitos pela ética tradicional como verdadeiros, como aceitos porque haviam sido anteriormente estabelecidos por poderes sobre ou naturais, como subordinantes de tudo, como metafisicamente válidos. No entanto sem o questionar, os utilitaristas e as éticas teleológicas por primazia dada ao fim, como bem humano, como objetivos a serem alcançados, não tematizam o que lhes está pressuposto, uma hierarquia prévia de valores que não é questionada.



O lógico diria que a ética teleológica, por sua atividade avaliativa, por sua pressuposição de critérios para análise do agir humano, vale-se não do imperativo categórico, utilizado pelos deontólogos, mas vale-se do imperativo hipotético. Há um imperativo, a asserção de que uma ação é ou não boa. Será boa se tiver sido útil à efetivação de um objetivo, de um fim, de um *telos* já estabelecido mesmo que não tematizado. A Filosofia Prática por esta característica de ética teleológica, por um lado identifica-se com as tradicionais ao não questionar o critério do estabelecimento da hierarquia de valores. No entanto a ética teleológica pressupõe a cultura da justificação do agir humano, deixada de lado pelas filosofias não-críticas.

## 2 Vida sem medo e sem miséria, parâmetros de uma ética revolucionária

... “justo” e “bom” significariam o que serve para estabelecer, promover ou ampliar a liberdade e a felicidade humanas numa coletividade, independentemente da forma de governo. (Marcuse, 1998 § 01)

Pensar uma Ética é pensá-la como uma dinâmica bipolar entre a determinação universal apriori e a determinação histórica concreta, entre as especificidades, a deontológica do justo e a teleológica do bem. Os elementos metafísicos fundadores do justo e do bem poderão ser reconhecidos numa efetividade prática em relação a uma teleologia determinada. Liberdade e felicidade humana, uma vida sem medo e sem miséria, caracterizam a teleologia ética revolucionária de Herbert Marcuse.

Esta definição preliminar vincula o bem individual e o bem geral, o bem privado e o bem público. Ela tenta recuperar uma idéia fundamental da filosofia política clássica, freqüentemente reprimida, a saber, que o fim do governo é não apenas a maior liberdade possível mas também a maior felicidade possível do homem, quer dizer, uma vida sem medo e sem miséria, uma vida em paz. (Marcuse, 1998 § 01)

Não se pode pensar uma Ética, sem que sejam relacionados os valores universais determinados deontologicamente à situação determinada prática, sem se verificar o histórico em relação aos objetivos ou finalidades pré-estabelecidas. Ética envolve a situação social específica, porque deste modo não se detém em considerações universais de uma ação humana simplesmente abstrata. Não se pode pensar a moralidade humana simplesmente restrita à individualidade abstrata, separada da concretude social. Ética revolucionária exige comparar a realização social com os parâmetros deontológicos apriori de *uma vida sem medo e sem miséria, uma vida em paz* (Marcuse, 1998 § 01), parâmetros mais práticos e eficazes para avaliação ética do histórico humano, parâmetros que poderíamos citar como valores metafísicos, como valor de fundamentação para a ética, como o autor nos esclarece: *o fim do governo é não apenas a maior liberdade possível mas também a maior felicidade possível do homem* (Marcuse, 1998 § 01) Por este trecho percebe-se que o autor

ultrapassa a ética pressuposta do liberalismo da maior liberdade possível, que teve no capitalismo, como consequência, a liberdade de alguns suplantarem a felicidade possível de outros.

### 3 O critério ético implica coerência discursiva e contextualidade histórica

Mas postular que há padrões e critérios racionais disponíveis para julgar as possibilidades dadas da liberdade e da felicidade humanas significa que os padrões éticos, morais, são padrões históricos. Se não o forem, permanecem como abstrações sem sentido. ...O problema somente é suscetível de uma discussão racional quando posto num tal contexto histórico. (Marcuse, 1998 § 04)

Marcuse desenvolve seu discurso sobre uma ética revolucionária, a partir da pressuposição valorativa a priori, no entanto a refere à concretude social e à efetividade prática. Denominamos, conforme elementos da introdução, uma ética resultante da síntese entre universalidade do dever-ser, própria da deontologia de fundamentação kantiana, e a especificidade singularizada de exigência do utilitarismo, de situação concretizada. Ética revolucionária, antes de apresentar a característica de negação à situação estabelecida, apresenta-se como uma ética histórica, de resposta às exigências de racionalidade ou como coerência discursiva tanto quanto ao instrumental linguístico quanto ao contexto histórico. *O problema somente é suscetível de uma discussão racional quando posto num tal contexto histórico. (Marcuse, 1998 § 04)* Somente com a fundamentação de uma concretude histórica é que uma sublevação poderá reivindicar direito moral e ético, ... *um movimento revolucionário deve ser capaz de dar fundamentos racionais às suas chances de captar as possibilidades reais da liberdade e da felicidade humanas. (Marcuse, 1998 § 04)* A integração lógica da universalidade à singularidade, a integração do dever-ser à situação contingente será demonstrada ao se adequar os meios concretos de realização das ações governamentais aos objetivos determinados a priori.

#### a) Decisão governamental, consequência ética de prioridade ontológica

A decisão governamental refere-se ao como fazer, à racionalidade instrumental, à tecnologia, ao denominado “know how” e a decisão política refere-se à teleologia, ao que está estabelecido como fim da ação. Pela teleologia, objetivo da ação, infere-se o ontológico ou o valor a ser efetivado. À ação governamental está reservada a responsabilidade da execução do que foi estabelecido como objetivo pela decisão política. O objetivo de alteração qualitativa inclui a diferença e mudança de poderes, mudança no curso da execução anterior. Violência, é alteração da relação de poderes que por contingência histórica impedem a execução do que está determinado como objetivo revolucionário, ... *entendo por revolução: a queda de um governo e de uma constituição legalmente estabelecidos*

**GADANHA, Alberto D. Compreensão dialética da ética revolucionária... p. 119-128.**



por uma classe social ou um movimento com o objetivo de transformar tanto a estrutura social quanto a política. (Marcuse, 1998 § 03) A transformação de forma radical e qualitativa implica violência contra a situação anterior. A situação histórica reconhece a violência como elemento necessário à construção da liberdade. *Robespierre exige o “despotismo da liberdade” contra o despotismo da tirania: na luta pela liberdade, no interesse do todo contra os interesses particulares da opressão, o terror pode tornar-se uma necessidade e uma obrigação.* (Marcuse, 1998 § 06) A ditadura do proletariado, para Marx, é condição para alteração do capitalismo, é a contra violência libertadora necessária para conter a violência dos poderes contra-revolucionários que procuram impedir qualquer universalização efetiva de seus privilégios.

A decisão governamental é a consequência ética da prioridade ontológica. Sob o critério da maximização da chance do progresso na liberdade, a execução política recebe a legitimidade ética para seu proceder.

Gostaria de sugerir agora que, enquanto a função histórica de uma revolução só pode ser determinada post festum, sua direção futura, progressiva ou reacionária, é, com a certeza de uma chance racional, demonstrável antes na mesma medida em que são demonstráveis as condições históricas do progresso. (Marcuse, 1998 § 17)

A decisão governamental, enquanto execução efetiva do determinado legislativo universal transforma-se em determinação histórica, porque operacionalizada nos limites da singularidade sistêmica, isto é, na efetividade concreta, atingindo os elementos-alvo das decisões políticas, o cidadão em sua concretude histórica. A decisão governamental efetiva em si a abrangência lógica dos dois extremos ontológicos, o universal determinado pela prioridade ontológica, expressa pela decisão política e a singularidade extrema do sistema expressa pelos últimos tentáculos da concreção operacional histórica.

Em virtude da exigência dos objetivos revolucionários, os critérios éticos transcendem a instituição governamental vigente. A situação atual, esse status quo, propiciou a projeção teleológica de sua alteração qualitativa. A superação qualitativa é projetada a partir do interior da própria situação histórica:

Essencialmente, tanto para Marx como para Hegel, as forças negadoras que rompem e levam a uma nova etapa as contradições que se desdobram em um sistema se desenvolvem no interior desse sistema. Assim, por exemplo, a burguesia no interior da sociedade feudal, ou o proletariado como força revolucionária no interior do capitalismo: negação determinada no sentido dessa posição contra o todo já no interior do todo. (Marcuse, 1978, 162 )

Além da projeção a partir da interioridade do sistema, se fizermos uma analogia com a alteração qualitativa da sociedade civil para o Estado na Filosofia do Direito de Hegel, a alteração qualitativa além de ser projetada a partir da interioridade do sistema, como seu *fim imanente*, é projetada simultaneamente a partir de uma teleologia além do



sistema a ser alterado, a partir do *poder superior* do Estado em relação a mesma sociedade civil<sup>2</sup>, o critério para avaliação da estratégia revolucionária poderá estar projetado de fora deste próprio sistema, será externo:

externo no sentido de forças sociais que representam necessidades e objetivos que estão reprimidos no todo antagônico existente, não podendo desdobrar-se. A diferença qualitativa da nova etapa da nova sociedade deveria ser vista não na satisfação das necessidades vitais e espirituais (que, evidentemente, continuam sendo a base de todo desenvolvimento), e sim no aparecimento de satisfação de novas necessidades, reprimidas na sociedade antagônica. (Marcuse, 1978, 164 )

### b) Cálculo histórico, chance para verificar a efetividade revolucionária

Uma ética efetiva sintetiza a teleologia estabelecida por critérios racionais e o cálculo histórico da probabilidade de sua efetivação. A violência arbitrária é violência injustificável, a coerência discursiva não admite mais certas violências, isto é, culturalmente já não se toleram certas situações, política e socialmente, anteriormente aceitas. Uma ética revolucionária não está fundada simplesmente em princípios absolutamente universais, a universalidade exige além dos critérios universais gerais, a efetividade desta universalidade verificada por critérios históricos. A historicidade como critério vai exigir que a instrumentalidade governamental revolucionária não negue o fim para o qual a revolução está sendo um meio. Os fins podem justificar os meios, desde que estes não comprometam a qualidade daqueles.

A nova sociedade projetada poderá oferecer melhores chances de melhorias em relação ao desenvolvimento da *humanitas*, da qualidade distintiva dos seres humanos em relação à natureza. *Ir além desse estado de coisas não significa simplesmente entregar-se ao vácuo abstrato da especulação, mas calcular os recursos intelectuais e materiais, científicos e técnicos e projetar os meios mais racionais para a utilização desses recursos.* (Marcuse, 1998 § 15)



Enquanto a operacionalização política-governamental integra os valores ontológicos escolhidos como critérios da concreção operacional, realizando a síntese lógica entre a universalidade dos critérios e a singularidade da execução, a distinção técnica do cálculo histórico entre recursos e necessidades fundamenta empiricamente e com dados empíricos a viabilidade operacional da decisão política por meio da decisão técnica do saber como fazer, do know-how... essa demonstração prévia das chances históricas torna-se cada vez

<sup>2</sup> Confronte artigo “Herbert Marcuse – 1966, deslocamento do lugar social da negação, compreensão marxista da alteração institucional qualitativa contemporânea” em que comentei o texto de 1966 de Herbert Marcuse “Sobre o conceito de negação na dialética” em Gadanha, AD. 2015.

*mais racional à medida que aumenta a mensurabilidade dos nossos recursos científicos, técnicos e materiais com o progresso no domínio científico sobre o homem e a natureza. . (Marcuse, 1998 § 17)* O cálculo histórico é a chance para verificar por critérios quantitativos de parâmetros qualitativos a probabilidade do desenvolvimento da liberdade humana na nova situação revolucionária.

#### **4 Ética revolucionária pressupõe a relação dialética entre meios e fins**

A relação entre meios e fins constitui o problema ético da revolução. Num certo sentido, os fins justificam os meios, a saber, quando estes promovem claramente o progresso humano na liberdade. (Marcuse, 1998 § 21)

Marcuse expõe a justificação da violência no processo histórico humano, como ético-revolucionária. Há de fato sacrifícios históricos legítimos, mesmo que do ponto de vista da validade supra-histórica, não haja nenhuma justificativa para a violência política. Restringir-se à validade ética supra-histórica é fundamentar-se numa ética abstrata, o que mostra-se totalmente inadequado à necessidade de uma resposta a situações concretas de caráter histórico. Considerando-se da perspectiva de uma ética abstrata, simplesmente fundamentada num universal geral, não há justificativa alguma para a utilização da violência política. No entanto, a ética revolucionária diante da situação histórica da violência institucionalizada, se não considerar a hipótese da alteração violenta do existente, terá permitido a perpetuação da violência histórica contra o respeito à sacralidade da justiça e a sacralidade da vida humana. Assim como diante de uma ética da universalidade não se justifica a violência, se afirma por outro lado, como telos revolucionário que a vida humana é igualmente um valor absoluto. *Se considerarmos que a vida humana é sagrada per se, sob quaisquer condições, a distinção não tem sentido, e devemos admitir que a história é per se amoral e imoral, porque nunca respeitou a santidade da vida humana em si. (Marcuse, 1998 § 17)* Estamos diante de uma tomada de posição em que possamos distinguir entre uma repressão racional e uma irracional, entre uma repressão necessária e uma arbitrária. Se a vida humana deixou de ser sagrada para a atual situação histórica, deve-se considerar como ético revolucionário e racional a alternativa política de efetivação da sacralidade da vida humana, mesmo correndo o risco de sacrifícios previstos. *O fim precisa estar operando nos meios repressivos para atingi-lo. Também aqui os sacrifícios pressupõem violência - a sociedade não-violenta permanece como possibilidade de um estágio histórico pelo qual há que lutar antes. (Marcuse, 1998 § 21)*

A possibilidade ética da utilização do cálculo histórico para corrigir a submissão e subordinação histórica vigente utilizada pelo mecanismo objetivo de repressão sistemática da burocracia, pode ser utilizada para que possamos num primeiro momento do processo revolucionário, calcular quais são as chances históricas de se recuperar o viver bem e viver melhor do ser humano, devolvendo a ele a administração de sua liberdade.

...quanto mais calculável e controlável se torna o aparato técnico da moderna

sociedade industrial, tanto mais as chances do progresso humano dependem das qualidades morais e intelectuais dos dirigentes, de sua disposição e capacidade para educar a população sob seu controle e levá-la a reconhecer a possibilidade, ou melhor, a necessidade de pacificação e humanização. (Marcuse, 1998 § 20)

É necessário compreender a solução do impasse da impossibilidade de se admitir a utilização da violência contra a vida humana sagrada por si, conforme uma ética absoluta, de validade supra-histórica. Compreende-se que a consideração da sacralidade da vida humana é um critério universal de responsabilidade de decisão governamental que não está restrita somente à consideração universal geral, abstrata. A Ética Revolucionária, enquanto ética dialética considera uma relação de reciprocidade dialética entre os objetivos de uma decisão política e a capacidade de uma distinção técnico-histórica de efetivação destes objetivos. Considera assim a reciprocidade dialética que o fim legítimo exija meios eficazes para sua efetivação e que os meios necessitem de controle de sua operacionalidade. De modo que os fins justificam os meios, sim desde que estes não comprometam a qualidade daqueles.

Esse fim legítimo, o único fim legítimo, exige a criação de condições que facilitem e favoreçam sua realização. E a criação dessas condições pode justificar sacrifícios, tal como toda a história justificou sacrifícios. Mas essa relação entre meios e fins é uma relação dialética. O fim precisa estar operando nos meios repressivos para atingi-lo. (Marcuse, 1998 § 21)



REFERÊNCIAS

MARCUSE, H. **Reason and Revolution**: Hegel and the Rise of Social Theory  
Boston - Beacon Press, 1960.

MARCUSE, H. Ética e Revolução In: **Cultura e Sociedade**. vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

MARCUSE, H. Ethics and revolution foi uma conferência pronunciada por Herbert Marcuse em 1964 na Universidade de Kansas. Tradução de Isabel Maria Loureiro. (Nota da Tradutora)

MARCUSE, H. Sobre o conceito de negação na dialética. In: MARCUSE, H. **Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978

OLIVEIRA, M.(org) **Correntes fundamentais da Ética Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M.(org) **Filosofia Política Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GADANHA, A.D. Dialética de Marcuse, o Todo é a Verdade e o Todo é Falso.  
**Kalagatos**, v. 4, n. 8, 2007

GADANHA, A.D. “Herbert Marcuse – 1966, deslocamento do lugar social da negação, compreensão marxista da alteração institucional qualitativa contemporânea” em Marcelo Carvalho, Jadir Antunes e Mauro Castelo Branco de Moura (organizadores) Marx e Marxismo, coleção XVI Encontro ANPOF, p. 322-338, 2015.

\* \* \*

GADANHA, Alberto Dias. Compreensão dialética da ética revolucionária de Herbert Marcuse. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 13, n. 27, 2016, p. 119-128.



128

Recebido: 11/10/2016  
Aprovado: 22/11/2016

